

PROCESSO: SMA 195/2008
INTERESSADO: Unialco S/A Álcool e Açúcar
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação de parque industrial e de áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Guararapes

1.INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 19.223/11/TA, elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e da expansão de áreas agrícolas da Unialco S/A Álcool e Açúcar no município de Guararapes.

2.DESCRICÃO DO EMPREENDIMENTO

A Unialco S/A Álcool e Açúcar, segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, apresenta o parque industrial em área classificada como Adequada com Restrições Ambientais e as áreas agrícolas em áreas classificadas como Adequadas, Adequadas com Limitações e Adequadas com Restrições Ambientais. O projeto de ampliação prevê aumento da capacidade de moagem de 2.635.000 para 3.500.000 t/safra, aumentando a produção de açúcar de 216.665 para 287.790 t/safra, produção de etanol de 193.244 para 256.681 m³/safra. A geração de energia, atualmente com capacidade de 6,8 MW, será ampliada para 60 MW.

O abastecimento de água será realizado por meio da captação de 450 m³/h de água do Ribeirão Bálsamo e 200 m³/h do Afluente do Córrego Nove de Abril, além de 12 m³/h provenientes de dois poços de captação subterrânea, valores outorgados pelo DAEE. A vinhaça gerada no processo produtivo será aplicada nos canaviais, passando de 1.185.888 m³/safra para 1.575.180 m³/safra.

Atualmente a usina utiliza 42.602,80 ha para o plantio da cana-de-açúcar. Para atender a demanda futura da unidade industrial, estima-se uma área total de 49.592 ha distribuídos nos municípios de Bento de Abreu, Gabriel Monteiro, Guararapes, Lucélia, Osvaldo Cruz, Piacatu, Rinópolis, Rubiácea e Salmourão. Após a ampliação, a usina manterá seu quadro de trabalhadores do setor industrial em 244 funcionários e reduzirá os trabalhadores rurais no período de safra de 1819 para 844, devido à ampliação da colheita mecanizada.

3.AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na Audiência Pública, representantes da sociedade civil e de órgãos municipais posicionaram-se favoravelmente ao empreendimento, enfatizando os benefícios econômicos, sociais e ambientais decorrentes da geração de empregos e de projetos e parcerias firmadas entre a usina e os municípios da região.

4.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

•Atendimento aos Aspectos Legais

As Prefeituras Municipais da Área de Influência Direta – AID do empreendimento apresentaram as manifestações em atendimento ao definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97, onde declaram que o empreendimento não contraria as legislações de uso e ocupação do solo dos municípios e submetem o licenciamento ambiental ao órgão estadual. Foram apresentadas as outorgas de captação superficial e subterrâneas conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº. 01/05. Para a Licença de Operação – LO deverão ser

apresentadas as outorgas de direito de uso das captações e ser atendida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola.

•Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho

A usina deverá terceirizar a execução das obras, devendo fiscalizar a geração dos resíduos provenientes das obras de ampliação. Para a Licença de Instalação – LI deverá ser apresentado um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para o canteiro de obras e para a LO deverá ser comprovada a recuperação das áreas afetadas pela obra por meio de sistema de drenagem de águas pluviais, revegetação de taludes, proteção de áreas com solo exposto, etc.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial, durante a safra (após ampliação), será de 662 m³/h, por meio de captação superficial e subterrânea. De acordo o EIA, o consumo específico de água no processo será de 0,67 m³/t cana, dentro do limite de 0,7 m³/t de cana estabelecido para áreas classificadas como *Adequadas com Restrições Ambientais*. O EIA apresenta o programa de monitoramento de águas superficiais, e visto que trata-se de ampliação, para a LI deverá ser apresentado o relatório desse monitoramento, e para a LO deverão ser comprovadas as instalações dos medidores de vazão de água nos pontos de captação.

•Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

A Usina Unialco possui duas caldeiras com capacidade total de geração de 130t/h de vapor sendo que para a situação futura está prevista a repotencialização de uma caldeira existente e instalação de uma nova caldeira com capacidade de 200t/h de vapor. O estudo de dispersão atmosférica mostra para a situação futura, a necessidade do alteamento das chaminés existentes de 30 para 45 m visando a adequação ambiental. Segundo o Setor de Ar, Ruído e Vibrações da Cetesb, as emissões das caldeiras atendem aos limites da Resolução Conama 382/07, e segundo Decreto Estadual 52.469/07, a unidade industrial se localiza em área não saturada; entretanto, segundo a Deliberação CONSEMA 14/2010 de 01/06/2010, o município de Guararapes encontra-se em vias de saturação para o ozônio. Ainda, segundo o referido Setor, o lavador de gases não atende ao critério de melhor tecnologia para o controle de NOx, devendo para a LI ser apresentado Plano de Redução da Emissão de MP e Plano de Compensação de 231 t/ano de NOx. Para a LO deverão ser apresentadas amostragens comprobatórias para as caldeiras visando atender aos valores propostos no Estudo de Dispersão.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas o EIA propõe, através do Plano de Conservação do Solo: adoção de práticas como a sistematização do terreno, construção de terraço, distribuição racional dos carregadores, identificação da capacidade de suporte do solo para a aplicação de insumos nas áreas de plantio da cana-de-açúcar, entre outras; práticas vegetativas como rotação de culturas e manutenção das sobras de palha de cana sobre o solo para prevenir erosão; subsolagem visando o rompimento da camada de solo compactada e, assim, restabelecer a capacidade de infiltração de água no solo e reflorestamento de APPs para evitar assoreamentos dos cursos d'água. Para a LO deverá ser apresentado um relatório fotográfico com pontos georreferenciados das medidas adotadas pela usina como práticas de conservação dos solos e contenção de processos erosivos eventualmente já instalados na AID.

•Risco de Contaminação por Resíduos Sólidos

Na fase de operação, dentre os resíduos sólidos gerados, o de maior representatividade será o bagaço da cana-de-açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Os resíduos de origem industrial (torta de filtro, cinzas da caldeira e fuligem) e lodo da ETE somente poderão ser incorporados ao solo após a aprovação da Agência Ambiental da

CETESB. Para a LI deverão ser apresentados Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e projetos para aplicação de resíduos e lodo em solo agrícola. Para a LO deverá ser apresentada carta de anuência da Prefeitura para recebimento de resíduos sólidos domiciliares e CADRI dos resíduos sólidos de interesse da Cetesb.

•Risco de Contaminação por Efluentes Líquidos

Para o tratamento de efluentes sanitários, a usina utilizará sistema de tratamento compacto. Quanto ao efluente industrial, este deverá ter tratamento prévio e aprovação da Cetesb para posterior aplicação na lavoura juntamente com a vinhaça. Para a LI deverá ser apresentado detalhamento do sistema de drenagem dos locais onde há manuseio de combustíveis, óleos e produtos químicos e detalhamento do sistema de tratamento de águas residuárias.

•Riscos de Acidentes devido ao Armazenamento de Combustíveis

A Usina Unialco armazena etanol em 4 tanques com 5.500 m³/cada e um com 20.000 m³, totalizando 62.000 m³, bem como armazena outros produtos químicos. A distância entre o armazenamento e a população residente mais próxima foi avaliada verificando-se a inexistência de risco à saúde e a segurança da população conforme determina a Norma Cetesb P4.261/03. Para a LI deverá ser demonstrado o atendimento à NBR 7.820/83, quanto ao sistema de segurança do armazenamento e distribuição de etanol e para LO deverá ser comprovada a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) do tipo II, em consonância com o estabelecido no item 9 da Norma Cetesb P4.261, além de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrente da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana-de-Açúcar

De acordo com o mapa de fertirrigação do EIA, a Usina Unialco prevê após a ampliação apenas 2,85% das áreas fertirrigadas em áreas com alta vulnerabilidade de aquífero, sendo que até o final de 2011 essas áreas deixarão de ser fertirrigadas. Para LI deverá ser apresentado Plano de Aplicação da Vinhaça e durante a operação deverão ser apresentados relatórios anuais sobre o Plano de Aplicação de Vinhaça conforme item 6 da Norma Cetesb P4.231, incluindo os resultados obtidos no monitoramento de águas subterrâneas contemplado no item 5.4 da mesma.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

Como medida mitigadora à utilização de agrotóxicos, o estudo propõe uma aplicação criteriosa, cumprimento dos padrões operacionais, utilização de EPIs, utilização de classes toxicológicas III e IV, além de acompanhamento por profissional habilitado. Para a LO a usina deverá apresentar documento do posto de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos licenciado comprovando o destino adequado das embalagens de agrotóxicos.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Os fragmentos de vegetação nativa da AID encontram-se extremamente degradados, em sua maioria isolados na paisagem, com invasão de gramíneas exóticas, lianas e cipós, extração de madeira, ação do fogo e presença de gado, o que prejudica sua regeneração natural. As áreas agrícolas se localizam em Áreas Adequadas com Restrição Ambiental, conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro. Assim, o empreendedor deverá apresentar para tais áreas na solicitação da LI: Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente; Programa de Implantação de Corredores Ecológicos; Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa; Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal; e não realizar a supressão de árvores isoladas nas áreas de expansão agrícola, devido à sua importância na dinâmica ecológica da paisagem. Para a LO deverá comprovar a regularidade das reservas legais das áreas próprias, apresentar balanços das ações realizadas nos Programas de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente,

Implantação de Corredores Ecológicos e Conservação e Manejo da Vegetação Nativa, relatório das atividades desenvolvidas no Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal e informações atualizadas sobre as propriedades agrícolas dos possíveis fornecedores. Durante a operação do empreendimento deverão ser apresentados os relatórios anuais consolidados das ações realizadas no âmbito dos programas supracitados.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

O empreendimento e as áreas agrícolas da usina não afetam nenhuma Unidade de Conservação ou Zonas de Amortecimento, tanto no âmbito estadual como federal. Não há, portanto, necessidade de implementação de medidas mitigadoras.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Segundo o EIA, devido às alterações previstas na AID, como mudança do tipo de cobertura vegetal e aumento no contingente de trabalhadores, fluxo de veículos e máquinas nas áreas agrícolas, o empreendimento promoverá mudanças nos recursos disponíveis e na segurança para a fauna local. Para a emissão da LI, a usina deverá apresentar Programa de Educação Ambiental, visando a preservação da fauna regional, para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais e um Plano de Monitoramento Sazonal da Fauna, cujos relatórios deverão ser apresentados para a emissão da LO e também durante a operação do empreendimento.

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, além de preocupações quanto à poluição e queimada. Para a solicitação da emissão da LI, deverá ser apresentado relatório das ações do Programa de Comunicação e Participação Social com as ações desenvolvidas em relação aos problemas apontados na pesquisa de percepção ambiental e divulgação das vagas de emprego.

•Geração de Empregos Decorrentes da Ampliação do Empreendimento

Segundo o EIA, a ampliação prevê a manutenção do número de funcionários da área industrial, o aumento de 13 colaboradores no setor administrativo, sendo pouco provável que haja necessidade do deslocamento de profissionais de outras regiões para a AID. Não haverá sazonalidade da mão de obra entre o período de safra e entressafra em todos os setores da Usina. Para a LI deverá ser apresentado o relatório do Programa de Mobilização de Mão de Obra em andamento.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Com o aumento da população devido à atratividade gerada pela ampliação do empreendimento, poderá haver impacto sobre as infraestruturas municipais. Para evitar possíveis impactos decorrentes de migrações, solicita-se para a LI a apresentação de um Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras Municipais, contemplando o levantamento da qualidade dos equipamentos urbanos disponíveis na região e prevendo ações que visem a melhoria do atendimento às áreas onde possam ocorrer deficiências.

•Aumento do Tráfego de Veículos

A ampliação da Usina implicará num aumento de cerca de 161 viagens/dia, passando dos atuais 547 para 708 viagens diárias no período de safra, concentrados principalmente na Rodovia SP-425 e SP-300, além de estradas vicinais. Para a LI deverá ser apresentada a comprovação da realização das ações do Programa de Controle de Tráfego e Conservação das Estradas.

•Alterações no Uso e Ocupação do Solo

A AID tem como principal uso do solo a cana-de-açúcar, ocupando cerca de 44% da área, seguida pela pastagem com 45%, a vegetação nativa com 4% e outras culturas com 7%. Visando identificar as alterações e possíveis impactos na oferta de produtos agropecuários na

região será necessário apresentar, por ocasião da LI, um Programa de Monitoramento Integrado de Uso e Ocupação do Solo.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O IPHAN manifestou-se favoravelmente à emissão da LP ao empreendimento, apontando para a ausência de vestígios arqueológicos na área de ampliação industrial. Para a emissão da LI deverá ser apresentado Diagnóstico Arqueológico das áreas de expansão agrícola e Parecer IPHAN correspondente, além do relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueológico solicitado pelo IPHAN.

5.PROGRAMAS AMBIENTAIS

O EIA propõe a implementação dos seguintes Programas Ambientais: Programa de Conservação do Solo, Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna, Programa de Tráfego, Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra, Programa de Conservação de Recursos Hídricos, Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Programa de Gestão Ambiental, Programa de Comunicação e Participação Social, Programas de Monitoramento Ambiental (Monitoramento da qualidade do ar, águas subterrâneas, águas superficiais e solo) e Programa de Compensação Ambiental.

6.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta apresentada no programa de compensação ambiental do EIA é que o recurso referente à compensação ambiental seja aplicado no Parque Estadual do Aguapeí. Essa proposta será analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação – LI, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória.

7.CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 19223/11/TA. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Unialco S/A Açúcar e Alcool, no município de Guararapes.

São Paulo, 11 de março de 2011.

Biól. Mayla Matsuzaki Fukushima

Gerente em Exercício do

Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA

Reg. 6594 CRBio 31165-01-D